

PERSPECTIVA DOS EDUCADORES SOBRE O CUIDADO NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS DE ZERO A DOIS ANOS.

PERSPECTIVA DE LOS EDUCADORES SOBRE EL CUIDADO EN LA CAPACITACIÓN PARA NIÑOS DE CERO A DOS AÑOS

EDUCATORS' PERSPECTIVE ABOUT CARE IN TRAINING FOR CHILDREN AGED FROM ZERO TO TWO YEARS

Sandra Mara Gonçalves Valença *, **Mara Quaglio Chirelli ****, **Silvia Franco da Rocha Tonhom****

Secretaria Municipal de Educação, Brasil*, **Faculdade de Medicina de Marília, Brasil

Correspondencia: Sandra Mara Gonçalves Valença

Correo: smpg02@gmail.com

Recibido: 15/12/2019; Aceptado: 22/05/2020

DOI: 10.17398/0213-9529.39.2.155

Resumo

O processo histórico da implantação de creches no Brasil perpassa leis e processos de formação profissional. Nesse estudo objetivou-se analisar a relação entre cuidado em saúde da criança na educação infantil e a prática pedagógica dos profissionais de creche e gestores, além de elaborar propostas para atuação nesse cenário. Embasada em pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas e oficinas de trabalho com professores e auxiliares de desenvolvimento escolar (ADE) e entrevista com gestores da Secretaria Municipal de Educação (SME). Utilizando a análise de conteúdo, na modalidade temática, constatou-se que o cuidado e a educação articulados, exigem olhar atento para os problemas de saúde ou acidentes. Os profissionais e gestores devem conhecer as necessidades de seus alunos e no adoecimento da criança realizar encaminhamento aos pais, com apoio da gestão. Sugere-se o trabalho mais integrado aos pais, considerando que podem ocorrer visões divergentes sobre o cuidado e a educação das crianças.

Palavras-chave: pesquisa qualitativa; cuidado, educação infantil, ensino, creche.

Resumen

El proceso histórico de implementación de cuidados infantiles en Brasil se rige por leyes y procesos de formación profesional. En ese estudio, el objetivo es analizar la relación entre los cuidados de la salud del niño y el comportamiento infantil y la práctica pedagógica de los profesionales en cuidados infantiles, además de elaborar propuestas para actuar en ese tipo de escenarios, se promueve una búsqueda cualitativa. Fueron realizadas entrevistas y talleres de trabajo con profesionales y auxiliares escolares (ADE), con administradores de la Secretaria Municipal de Educación (SME) y el análisis de contenido de manera temática, se constató que el cuidado y la educación articulados exigen un mirar atento a los problemas de salud o incidentes. Los profesionales y gestores deben conocer las necesidades y el desarrollo de los niños encaminando a los padres con el apoyo de la gestión. Se sugiere el trabajo más integrado de los padres, considerando que pueden ocurrir visiones divergentes sobre la educación, enseñanza y el cuidado infantil

Palabras clave: búsqueda cualitativa, cuidado, comportamiento infantil, enseñanza, cuidados infantiles.

Abstract

The historical process of day care centers' implementation in Brazil goes through laws and processes of professional formation. This study aimed to analyze the relationship between child health care in early childhood education and the pedagogical practice of day care centers' professionals and managers, and to elaborate proposals for acting in this scenario. Based on Qualitative research, interviews and workshops with teachers and school development assistants (SDA) and interviews with managers of Municipal Department of Education (MDE) were conducted. Using content analysis, in thematic modality, it was found that articulated care and education require a careful attention to health problems or accidents. Professionals and managers must know the needs of their students and when child becomes ill, refer them to their parents, with management support. It is suggested to work more closely with parents, considering there may be divergent views about care and education of children

Keywords: Nursing Care; Nursing; Family Health Strategy; Nursing Process; Qualitative research.

INTRODUCCIÓN

A criação e a implantação de creches no Brasil constituem um processo histórico que perpassa leis e acessos à formação profissional. Em razão da necessidade de trabalho para o sustento da família, muitas mães não tinham onde deixar seus filhos menores.

Nesse contexto, para suprir a demanda social, surgiram as primeiras instituições de caráter assistencialista ao final do século XIX. A creche seria um lugar alternativo, onde os pais pudessem deixar seus filhos menores enquanto se dedicavam ao trabalho, sendo local apropriado para a socialização e a educação da criança pequena (Merisse, Justo, Rocha & Vasconcelos, 1997).

Como primeira etapa da Educação básica, a Educação Infantil é oferecida em creches e pré-escolas, que se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, estabelecimentos públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade. Funcionam no período diurno, em jornada integral ou parcial, sendo regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos sociais e comunitários, de mulheres, dos trabalhadores, da redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (Brasil, 2010).

Essa nova identidade da creche trouxe mudanças significativas ao papel da família e da sociedade. Ela se caracteriza pelo princípio de que as creches são direito da família e da criança. Como uma alternativa para as famílias, terem um espaço com condições favoráveis ao desenvolvimento infantil e com profissionais capacitados. Responsabilidade que era somente da família, passa ser compartilhada com as instituições infantis (Merisse *et al*, 1997; Castro e Souza & Pérez, 2017).

Neste contexto, houve necessidade de investimentos na formação dos profissionais para que considerem as demandas educacionais e sociais e que suas atividades devem focar mais os aspectos pedagógicos sem detrimento das ações de cuidado (Veríssimo & Fonseca, 2003).

Isso tem exigido das instituições de educação infantil formas específicas de organização delimitando funções dos profissionais que atuam diretamente com a educação infantil - o pedagogo e os auxiliares de desenvolvimento escolar (ADE). Essa última categoria foi criada no município estudado para atuar junto com o pedagogo nas atividades da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI-creches). Exige-se para esse profissional a formação mínima de ensino médio completo (LOM, 2016).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) destaca em seu contexto que o princípio do cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, exigindo capacidades específicas, demandando a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. Assim, o cuidar e educar são de fundamental importância que estejam articulados, contribuindo para a construção de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades das crianças, buscando, assim, um atendimento global e integral às necessidades das mesmas. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde, visto que para atingir os objetivos do cuidado, com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, as atitudes e procedimentos devem estar baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais (RCNEI, 1998).

Nesse contexto, pretende-se verificar se existe a dicotomia entre o cuidado e a prática pedagógica. Contemplar na prática cotidiana o cuidar e o educar como indissociáveis, como inerentes ao mesmo processo, muitas vezes, é considerada por gestores e professores como um grande desafio (Santos, Santos, Costa & Campos, 2015).

Maranhão (2000) defende a premissa de que os cuidados constituem o elo entre as atividades educativas e as ações de saúde na creche, local em que a criança tem suas primeiras experiências e novas vivências sociais, onde estabelece os primeiros contatos com o ambiente externo e com um grupo social diferente de sua família.

A formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas educacionais. Muitos países têm desenvolvido ações e políticas voltadas para a área educacional e formação dos professores, pois são os disseminadores de conhecimento. Ainda assim, no Brasil, os cursos de licenciatura, apresentam-se estanques, dirigindo a formação à área específica dos conhecimentos pedagógicos, dedicando parte exígua de seu currículo às práticas profissionais docentes, às questões da escola, da didática e da aprendizagem escolar (Gatti, 2014).

Constatou-se em pesquisa bibliográfica, que os currículos de formação pedagógica investem pouco na construção de uma didática voltada para a prática profissional e muito na forma como se desenvolve o processo de construção do conhecimento e do seu desenvolvimento. Para Libâneo (2015, p. 2), existe “a dissociação entre o conhecimento disciplinar e o conhecimento pedagógico”, o que pode ser considerado como um dos problemas persistentes em se tratando da organização dos currículos para a formação profissional de professores.

FUNDAMENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é comum que as crianças fiquem grande parte do tempo em instituições de educação infantil, justificando-se a necessidade de compreender como os cuidados à saúde são garantidos na creche (Alves & Veríssimo, 2007).

A Constituição do Brasil (1988) estabelece o direito à educação básica, devendo ser gratuita às crianças de zero a cinco anos. Tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A Lei Nº 12.796 (2013) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, de 1996, dispondo sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. (Brasil, 2013).

Para que essa diretriz seja mais bem implementada, os cursos de pedagogia deverão construir esse conteúdo durante a formação na graduação, sinalizando-o nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). O egresso deverá estar apto a “compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual e social” (Brasil 2006, p. 6). Embora a dicotomia, há muito discutida, não tenha sido superada na prática cotidiana das creches, a articulação entre cuidado e educação mantém relação direta com a questão da formação inicial e contínua de professores, calcada na necessidade da construção de uma identidade profissional coesa e na desvinculação da figura da professora de creche à figura materna, de alguém que cuida, sem planejamento ou preparo para exercer tal função (Spada, 2007).

Os desafios, considerando essa necessidade de se articular o educar e o cuidar, também estão nos processos de formação dos profissionais, quando nos deparamos com as exigências trazidas pelas diretrizes curriculares, referenciais teóricos e propostas das leis e regimentos que organizam a educação do país. Faz-se necessária a articulação entre as áreas

de conhecimento para que ocorra um atendimento global e integral às necessidades da criança.

A criança que chega à creche é sensível, dependente e ainda não está com sua imunidade biológica adquirida de forma eficaz. Aparecem as “primeiras infecções”, dentre outras doenças. O educador na maioria dos casos, não sabe como proceder, já que sua didática foi construída nos moldes acadêmicos, o que não lhe dá suporte para agir na prática profissional (Oliveira, 2010).

Nesse sentido, o cuidado do educador, desde que orientado na forma adequada, pode permitir prevenir acidentes ocasionais. Segundo reconhece Birchall (2011), Piaget pesquisou e escreveu basicamente sobre os aspectos cognitivos do desenvolvimento intelectual e da formação das estruturas cognitivas, reconhecendo a importância da dimensão afetiva para o desenvolvimento. Dimensão esta que também presente nos ambientes educacionais e nos processos educativos entre as crianças, as famílias e os profissionais da escola.

Considerando esse contexto, objetiva-se analisar a relação entre cuidado em saúde da criança na educação infantil e a prática pedagógica dos profissionais de creche e gestores, além de elaborar propostas para atuação nesse cenário.

METODOLOGIA

A opção por essa pesquisa foi pela abordagem qualitativa. Refere-se a estudos relacionados com percepções e interpretações que as pessoas fazem a respeito do modo de viver e pensar, propiciando a construção de novas abordagens e criação de novos conceitos a partir da investigação (Hernandez, Fernandez & Baptista, 2013).

A investigação foi desenvolvida na rede municipal de ensino em educação infantil de cidade de médio porte do centro-oeste do interior do Estado de São Paulo, Brasil, que engloba 40 escolas de educação infantil, sendo cinco Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), 21 Escolas Municipais de Educação Infantil e Creche (EMEI-creches); nove Escolas Municipais de Educação Infantil e Creche (Berçários – específicas para a faixa etária de 0 a 1 ano e sete meses de idade), três Entidades Privadas Filantrópicas de Educação Infantil (EPFEI), – todas elas atendendo a crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade; duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFIs).

Adotou-se, como critério de seleção das escolas, a escolha de uma de cada região (Norte, Sul, Oeste, Leste e rural), de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), tendo sido utilizadas nessa distribuição, como eixo central, as principais avenidas e ruas que cortam o município; fato de ser mais distante ou próxima da região central; ser entidade privada filantrópica parceira da prefeitura (EPFEI) ou escola municipal de educação infantil (EMEI-creches).

A seleção dos profissionais que realizam atividades nessas unidades ocorreu por amostragem e conveniência nas cinco escolas selecionadas, garantindo dados significativos na realização deste estudo. Os participantes foram dois gestores de nível central; cinco diretores; cinco pedagogos e nove ADE. Como critério de exclusão, adotou-se o fato de ser gestor de nível central ou local, bem como profissional que está na unidade escolar municipal há menos de um mês.

A coleta foi realizada em duas fases. Na 1ª fase, utilizou-se a entrevista semiestruturada com todos os participantes, abordando sobre o processo de trabalho dos profissionais na EMEI, qual sua concepção de cuidado e educação e as relações estabelecidas entre eles, além dos desafios percebidos pelos profissionais.

As entrevistas tiveram duração entre 8'43 minutos e 49'22 minutos, com média de 29'22 minutos. Realizou-se a coleta dos dados da 1ª fase no período entre abril e agosto de 2018. As entrevistas foram realizadas por três pesquisadores. Solicitou-se autorização para que as falas das entrevistas fossem gravadas para posterior transcrição, garantindo a privacidade, o respeito profissional e a fidedignidade dos dados. Realizou-se teste piloto para verificação da validade do instrumento de coleta de dados, sendo realizado adaptações para melhor entendimento das perguntas disparadoras.

Após a análise dos dados iniciais coletados, foi realizada a 2ª fase da pesquisa na qual se utilizou como método a oficina de trabalho "Reflexão e proposição sobre o cuidado e a saúde das crianças nas creches municipais", tendo como intencionalidade apresentar os resultados parciais da pesquisa, refletir sobre o conteúdo apresentado, identificar os problemas/desafios e elaborar possíveis proposições frente a esses dados.

A oficina de trabalho foi empregada como estratégia de devolutiva dos resultados obtidos pela pesquisa, validando a análise dos dados, proporcionando também reflexão sobre os fatos observados, propondo estratégias de intervenção para os problemas/desafios identificados. Dessa forma, todos os atores envolvidos nesse processo puderam propor estratégias de intervenção para os problemas identificados, podendo repensar práticas relacionadas ao cuidado de crianças em creche (Campos, Miranda, Gama, Ferrer, Diaz, Gonçalves & Trapé, 2010).

A oficina foi organizada no local de trabalho e planejada anteriormente com a equipe. As cinco oficinas tiveram duração média de 55 minutos, resultando na elaboração coletiva de um material que, além de responder às interrogações dos pesquisadores, contribuiu para o processo de aprofundamento e compreensão dos dados coletados na 1ª fase da pesquisa, promovendo a construção de autoria, vivido pelos sujeitos da pesquisa, configurando-se em um espaço de construção e reflexões sobre o processo de trabalho e a troca de experiências entre os participantes.

A análise dos dados realizada pela Análise de Conteúdo, modalidade temática, permitiu validar as inferências por meio da análise dos contextos, por procedimentos adotados na pesquisa ou achados científicos (Minayo, 2013). A análise temática foi efetivada no material coletado nas duas fases da pesquisa.

Desenvolveu-se a análise temática por meio das seguintes etapas: na pré-análise selecionou-se as entrevistas, retomando hipóteses e os objetivos iniciais, que nortearam a pesquisa; realizado leitura flutuante e exaustiva do material transcrito, resultando na delimitação das categorias de análise. No processamento, por meio da exploração do material de modo investigativo, classificaram-se os fragmentos das entrevistas nas categorias e elaborou-se a síntese interpretativa, identificando os núcleos de sentido: como se realizam os cuidados e quais as condutas para as situações; cuidado integrado ao educar; educar por meio da integração dos profissionais e família; ações do professor no cuidado, considerando os procedimentos; delimitação do que é a ação do ADE e o que é do professor. A partir do agrupamento dos núcleos de sentido chegou-se ao tema: "o cuidado na perspectiva dos educadores na formação de crianças de zero a dois anos".

O processamento dos dados e sua validação foram realizados por três pesquisadores, chegando ao consenso das categorias, núcleos de sentido e temas.

Posteriormente, realizou-se a apresentação e interpretação dos dados: a partir do tema, apresentou-se a síntese de cada núcleo de sentido, intercalando o texto síntese, as falas dos participantes, o diálogo com a literatura e as possíveis interpretações.

Para preservar a identidade dos participantes, inseriram-se as falas sinalizando a sua categoria profissional ou cargo. Os gestores foram identificados pela letra “G” e o número da entrevista (G1, G2, G3,... G7), os pedagogos P (P1, P2,... P5) e os ADEs (ADE1, ADE2,... ADE9). Nas oficinas, identificou-se pelas letras OF e o número da oficina (OF1, OF2,... OF5).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Cuidado na perspectiva dos educadores na formação de Crianças de Zero a Dois Anos

A prática do cuidado foi abordada na oficina de reflexão na segunda fase da pesquisa, vindo ao encontro dos resultados obtidos durante a coleta de dados da primeira fase nas entrevistas, o que possibilitou agrupar os núcleos de sentido, articulando o cuidado e a educação. Isso pode ser destacado no decorrer dos depoimentos.

Para os participantes da pesquisa, o cuidado está ligado à educação e não há como desmembrar os fatos fundamentais para a criança em idade pré-escolar. Educa-se e se ensina ao mesmo tempo, abordando o cuidar nas três esferas da criança: o emocional, o físico e o pedagógico. Para os ADE o cuidado é essencial e não se desvincula do educar, são indissociáveis. É ter responsabilidade com a criança, tendo a percepção do se realiza no domicílio e na escola, mas sob o olhar pedagógico. Os professores também ensinam educando, dando limites e respeito, orientando a criança a se alimentar, a fazer a higiene, a sentir-se segura, a ter independência e autonomia.

“[...] O cuidado está ligado à educação e a educação está ligada ao cuidado não tem como a gente desmembrar os dois, porque são duas coisas fundamentais para uma criança em idade pré-escolar [...]” (P1)

“[...] Eu também entendo o cuidar do emocional, entendo também como cuidar pedagógico e acho que são três esferas [...]” (P5)

“[...] eu tinha uma visão completamente diferente, eu achava que o cuidado no caso ADE, [...] cuida de não ficar sem comer, e a fralda ficar sempre limpinha. Mas hoje já tenho outra percepção diferente, vejo que o cuidado não é só a parte higiênica, mas é a questão do educar também [...] é também cuidar disso, prestar atenção na criança, ajudar ela a ter uma autonomia maior [...]” (ADE4)

A política educacional na infância, no Brasil, teve mudanças nas últimas décadas. Desde os anos 80, com a aprovação da nova Constituição, houve ampliação das propostas, porém, gerando tensionamentos entre a intenção de ações para atender o baixo custo para diminuição da pobreza e, em contraponto, a de direitos sociais das crianças pequenas, tendo qualidade na educação e direito à assistência (Castro e Souza & Pérez, 2017). Trata-se de um desafio repensar a educação infantil, com influência das recomendações de órgãos internacionais, tendo como intencionalidade o direito à infância sem antecipar a escolaridade do ensino fundamental, que ocorra em um ambiente educativo sem dissociar o cuidado e a educação e o respeito aos direitos das crianças (Campos, 2013).

Nesse sentido, o educar e o cuidar são indissociáveis na perspectiva da formação integral da criança pequena, sendo importante captar suas necessidades, reconhecer seu

contexto sócio-histórico, tendo como intenção a constituição de sujeitos. Ao se definir o educar faz-se referência ao cuidar, sem desvantagem de um sobre o outro. O sentido de educar é, portanto, construído na relação com o cuidar, passando pelo pedagógico, mas sem ser significado unicamente por ele. Ou seja, percebe-se que um faz parte do outro, mesmo que, ao se definir o cuidar, exijam-se algumas habilidades que não sejam eminentemente pedagógicas. Frequentemente, as educadoras de creche dizem que seu trabalho não é só cuidar e que preparam atividades pedagógicas nas quais ancoram suas ações como professoras (Fonseca, 2018).

A dimensão ética do cuidado reconhece que a criança pequena precisa de afeto e atenção em seu processo de educação. O cuidado, nessa dimensão aproxima-nos da concepção de educação em sua integralidade, sendo compreendido como algo indissociável do processo educativo. É nos primeiros anos de vida que a criança estabelece comunicação com os adultos. É no contexto familiar e no educacional que essas práticas são efetivadas. Diferente da família, na creche elas devem vir associadas ao conhecimento do desenvolvimento característico dessa faixa etária, vinculados também ao cuidado com o corpo e ao desenvolvimento da personalidade da criança (Monção, 2017).

O professor, o ADE e a gestão escolar devem conhecer as necessidades de seus alunos, reconhecer suas especificidades quanto à alimentação e higiene, bem como outras necessidades que surjam durante as atividades. Todas as crianças têm um prontuário com suas características e necessidades que deve ser do conhecimento de toda a equipe escolar.

“[...] todos eles aqui têm um prontuário, [...] você pegou o bebê, você já sentiu, está com febre [...] já entra em contato com os pais que eles têm que vir buscar, porque a criança febril e com febre ou com diarreia não pode estar na escola [...]” (G2)

“[...] o cuidado com a criança nesta faixa etária é muito minucioso, [...] a orientação que a gente passa nas escolas é que o ADE tenha esse olhar de cada criança. [...] tem a necessidade daquela criança para que ele consiga realizar o trabalho de cuidado voltado individualmente para esta faixa etária, necessidade de cada criança [...] nós temos os comportamentos que são ideais e temos também infelizmente aqueles que precisam de uma supervisão de uma orientação para que não ocorram problemas no cuidado com essa criança. [...]” (G7)

O profissional de educação infantil torna-se agente da maior importância, como elemento essencial à promoção da saúde das crianças, tendo em vista a duração e qualidade do contato entre estas e o educador nesse contexto de atenção (Rodrigues, D'Artibale, Barbieri, Bercini & Higarashi, 2014).

Por outro lado, cuidar da criança nessa faixa etária apresenta desafios por estar num momento da constituição da pessoa no mundo e a construção da autonomia configura-se num processo, sendo importante a forma de lidar com a criança na perspectiva educacional. Freire (2019) ao apresentar e fundamentar a pedagogia da autonomia destaca a importância do respeito à dignidade e a autonomia de cada pessoa como um fundante para a construção da ética. Defende, a necessidade do diálogo, proporcionando aprendizagem a partir da diferença e do respeito a mesma, buscando um processo mais democrático entre educadores e educados como seres em constante aprendizado.

Os professores e gestores destacam que a prática de cuidado na educação de crianças de zero a dois anos exige olhar atento para tudo que acontece, sejam os problemas de saúde ou acidentes. Para muitas dessas crianças esse é o primeiro contato escolar. Nessa idade é preciso ter a percepção aguçada quando a criança não está bem, se chegou doente,

oferecendo o carinho e conforto necessários e mantendo o contato com a família para as providências necessárias.

“[...] até aquele cuidado, assim, de pedir para a mãe levar ao médico, está doente, ele precisa de carinho, atenção, precisa ter paciência [...]” (P3)

“É uma faixa etária que exige cuidado como todas as outras, mas como está iniciando na escola, então é onde rompe a barreira, saiu da casa, mas não pode ser em choque quebrar isso. Agora a escola, a casa, aqui escola, [...] a criança está socializando com outras. [...]” (G4)

Os profissionais sentem preocupação e têm precaução para que não ocorram acidentes nos momentos de realização dos cuidados com as crianças. Eles têm que prever acidentes para a criança não cair ou colocar algo na boca, manter o ambiente seguro e adequado para a observação e nunca deixá-los sozinhos em nenhum momento, pois podem ocorrer riscos devido à idade em que estão.

“[...] de tomar cuidado para não acontecer nenhum acidente. Isso daí é o que preocupa bastante. Por exemplo, na hora de troca, o trocador é um pouco alto, [...] então tem que estar bem atento para nenhuma criança cair no trocador [...]” (ADE6)

“[...] a gente presta muita atenção nos pequenos. Febre? O nosso papel aqui é aferir. A gente vê que a criança já demonstra principalmente no olhar, está com febre a temperatura... Aferiu. Qual é o procedimento da escola? É ligar e comunicar os pais [...]” (G1)

“[...] tenho que estar atenta aqui, ao cair, não colocar nada na boca. Eu procuro sempre estar num ambiente assim que eu possa não digo controlar, mas observar todos ao mesmo tempo [...]” (P3)

As ADE dizem ter muita responsabilidade com a criança, sempre observando se há algo errado, seja no banho, na troca. Ainda assim, tem criança que não aceita ser trocada, por isso é preciso conversar, ter cuidado até no que falar com elas, considerando também o lado emocional. Manter a criança limpa, auxiliar na higiene das mãos, auxiliar na alimentação e evitar o engasgamento. O cuidado físico com a criança é importante, se está calor ou frio, se está molhada, prestar atenção e conhecer até pela sua fisionomia. Ter muito carinho e zelo por elas, conversar, orientar sobre alguma coisa errada que façam, contar uma história. Há preocupação em dar o melhor para que, no futuro, as crianças tenham autonomia.

“[...] acho que deveria ser desta maneira em todas as escolas. Ter um cuidado com a criança, as pessoas serem mais atentas com as crianças e fazerem o que puder para ensinar, para educar, assim dar o nosso melhor para que as crianças no futuro tenham uma autonomia, sejam pessoas de bem [...]” (ADE4)

No contexto do trabalho com as crianças, o desafio do ADE se modifica de acordo com a função que desempenha. Para alguns existe a dificuldade inicial nas atividades em que não têm experiência, como na troca de uma fralda, além de o trabalho envolver um grande número de crianças. Mas, percebem que a realização da prática cotidiana proporciona experiência ao profissional, e quando percebe problemas solicita ajuda ao gestor para apoiar na tomada de decisão.

“[...] conforme a gente vai trabalhando vai ficando meio que experiente, [...]. Quando eu sinto um desafio eu geralmente peço auxílio da própria direção como lidar com a situação. [...] eu não faço sozinha, sem orientação [...] quando a criança está com muito, muito febre, eu fico até cismada em dar banho nesta criança [...]” (ADE2)

Destaca-se que os profissionais, envolvidos no atendimento à educação em instituições de creche, estejam sempre atentos e sejam capazes de intervir para prevenir situações de saúde-doença. A primeira infância é uma das fases mais vulneráveis para a criança contrair doenças infectocontagiosas, seja de ordem respiratória, gastrintestinais ou cutâneas, o que justifica a necessidade de maior atenção nesses locais (Faria & Wirchr, 2014).

Há crianças que vêm para a escola para se alimentar, outras são alérgicas. É quando o professor percebe e solicita suporte da gestão da escola. A escola só está autorizada a medicar a criança com a receita médica e autorização dos pais. Não há um consenso com relação ao banho para a criança com febre muito alta, pois há a compreensão de alguns que faz bem e para outros, que isso atrapalha.

“[...] vejo tipo quando a criança está com uma febre meio alta tipo de 39o, eu fico até cismada de dar banho nesta criança. Aí eu aviso a coordenação e a gente pede para ligar para os pais e pedir orientação para os pais que estão acostumados a dar banho nesta criança [...]” (ADE2)

“[...] Lembrando que só será medicado em último caso, se a criança estiver com febre nós ligamos! Mas acontece às vezes do pai falar: ‘Ai, eu estou no trabalho e eu só consigo chegar daqui tantas ‘minutos’. A criança não pode esperar então, a gente medica e fala para o pai: “Pai, foi medicado, tomou tantas gotinhas disso que era o que estava na ficha lá quando a gente fez a pergunta”. Caso contrário, dá um banho que dá pra esperar e espera. Mas a medicação só em último caso mesmo, porque nós não podemos deixar a criança ter uma convulsão por falta de cuidados. E se não os pais são chamados. E a medicação também, só é oferecida para a criança quando a criança tem a receita médica e os horários estabelecidos. Caso contrário a gente pede para o pai fazer a medicação com a criança em casa”. (OF3)

A concepção de cuidado está voltada para o atendimento de necessidades focadas tanto nos aspectos biológicos, mas também percebendo a necessidade de prevenção de acidentes. Porém, não se percebeu uma inter-relação com as unidades de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS), como suporte para as ocorrências. Considera-se que as equipes dessas unidades de saúde deveriam construir ações de integração com as creches, uma vez que há delimitação de território de saúde, sendo responsabilidade dessa equipe o acompanhamento do estado de saúde e as necessidades das crianças, podendo orientar as práticas de cuidado junto aos profissionais da escola.

Essa proposta foi percebida em pesquisa realizada por Faria & Wichr (2014), sendo captado que quando ocorrem problemas de saúde, os profissionais da creche encaminham a criança para a unidade da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Percebe-se que, durante as entrevistas, os profissionais apresentam dúvidas com relação à conduta realizada quando ocorre algum problema de saúde com as crianças. Durante a oficina de trabalho, esse foi um assunto retomado para esclarecimentos, sendo sinalizado que o papel da escola é acompanhar a saúde da criança e compartilhar com os pais as situações que possam ocorrer, considerando que são os pais que devem dar encaminhamentos frente a algum evento que necessite medicar a criança. Mencionam ainda que ministram medicação somente quando está prescrito. Nas urgências entram em contato, imediatamente, com a família, dando os primeiros socorros e compartilhando a conduta com o gestor da escola.

Captou-se que há possibilidades de ampliação da concepção de cuidado, uma vez que se sinaliza que é importante reconhecer as necessidades das crianças, além de atender e resolver os problemas biológicos, mas também reconhecem que há necessidade da criança estar na creche para se alimentar.

Nesse contexto, o gestor tem desempenho importante quando ocorrem problemas de saúde. É ele quem auxilia na tomada de decisão junto com os profissionais, assim como é considerado um dos elos entre a escola e as famílias (Valença, Chirelli & Tonhom, 2019).

Silva, Souza & Santos (2019) sinalizam que ter relações conflituosas entre gestores e educadores não colabora para o cuidado das crianças, gerando tensionamento no processo de trabalho. Esse movimento não foi percebido nessa pesquisa, ao contrário, houve sinalização de que o trabalho ocorre de forma compartilhada, tomando-se decisão entre professores, ADE e o gestor da escola quando ocorrem os problemas de saúde.

Considerando a faixa etária e a perspectiva educacional, os profissionais destacam que o trabalho com a criança tem que ser em conjunto com o ADE, a família e com a gestão da escola. Precisam trabalhar mudanças com as crianças, por exemplo, a retirada da fralda, para turmas do maternal. Quando as crianças realizam a troca de fraldas com a ADE, há incentivo ao desfralde no segundo semestre, conversando-se com a família para ajudar em casa. O trabalho com a fonoaudióloga também é em conjunto, passando os exercícios para serem feitos com a criança.

“[...] quando a gente vai trocar, a gente percebe que a criança está com diarreia a gente avisa a professora e avisa a direção, geralmente quando é assim tipo é, está constante a diarreia, elas avisam os pais e os pais vêm buscar também. [...]” (ADE2)

“[...] no segundo semestre a gente começa um incentivo para o desfralde. Aí eu começo a conversar com as crianças. [...] Também vamos conversando com as famílias, para as famílias começarem a ajudar em casa e aí até o momento que elas pedem que não queira mais usar a fralda [...]” (P1)

“[...] Com o passar do tempo com a turma, a gente conhece cada criança e a gente consegue perceber quando a criança não está bem. Então se eu percebo que a criança não está muito bem, eu não fico insistindo, eu já ligo para a família. Enquanto isso, a gente acolhe a criança de uma forma diferenciada [...]” (P1)

É importante o envolvimento dos pais na fase de desenvolvimento da criança. Os pais trazem maior preocupação com os cuidados corporais do que outras práticas educativas, provocando um desconforto nos professores a respeito dessa expectativa das famílias (Santos, Santos, Costa & Campos, 2015).

No entanto, os educadores consideram que família e creche juntas podem promover situações complementares e significativas de aprendizagem e convivência.

No caso de doenças, é solicitado aos pais não trazerem as crianças para a escola, pois se há alguma situação com transmissão contagiosa, isso poderá criar outras situações de doença. Solicita-se a colaboração dos pais, mas há alguns que trazem as crianças doentes por não terem onde deixá-las.

“[...] ele passou a noite toda com febre, mas ele quis vir!” “Olha, ele vomitou hoje de madrugada, mas ele quis!” A gente explica: mamãe, não é assim! Se ele não está bem leva ao médico para ver o que é! Ele não tem o que querer, ele é uma criança! [...] “Olha, passou mal à noite, mas não teve mais nada agora, por isso eu trouxe. Qualquer coisa você me liga! [...]”. (OF2)

Ficou evidente, nesses fragmentos, a preocupação dos educadores em envolver os pais com a responsabilização do cuidado as crianças. Construir uma relação de cumplicidade entre família e escola é um grande desafio. Nesse sentido, A compreensão do contexto em que a criança e a família estão inseridas oportuniza a identificação das vulnerabilidades e das necessidades de saúde, possibilitando uma intervenção mais efetiva, buscando a integralidade do cuidado (Assis, Nascimento, Pereira & Cerqueira, 2015).

Contudo, durante as oficinas de trabalho, percebeu-se, como um dos problemas/desafios a dificuldade na relação dos professores com as famílias. Esses argumentam que a visão de como cuidar da criança e educá-la são diferentes. Os valores são diferentes. Durante a atividade, infelizmente, não conseguiram avançar com propostas.

“O que eu acrescentaria hoje [...] é o posicionamento das famílias, que está assim, a gente está ficando cada dia mais chocado é que a família está vendo a escola não como escola, infelizmente, [...] mas como um depósito. Ela não..., parece que não quer ficar, muitas famílias, com o filho. Quando tem um feriado os pais ficam em pânico, quando vai ter uma emenda! Eu vou ficar com o meu filho?” (OF1)

“A única coisa que tem que frisar bastante é família e escola. Porque às vezes a gente faz um trabalho aqui, mas quando chega do portão para fora é totalmente ao contrário. [...] nós sempre ensinamos as crianças que lixo tem que se jogar no lixo! E a gente observa que tem mães que a criança vem comendo aqui no portão [...] acabou o pacote de salgadinho, a mãe é a primeira a catar e jogar. Aí eu educar: mamãe, por favor, me deixa jogar no lixo lá dentro! Então, a gente observa que para criança às vezes isso é muito difícil de entender por que a escola fala uma coisa e a família, em casa, é outra.” (OF2)

A partir das narrativas percebe-se que há conflitos nessa relação família-escola e os professores demonstram que as famílias têm comportamentos e referência de como educar a criança, podendo ser diferente da proposta deles. Os professores apresentam dificuldade de manter um diálogo com os familiares e construir, de uma forma pactuada, o cuidado e a educação das crianças.

Essa posição dos profissionais foi reforçada durante as oficinas, na medida em que não apresentaram propostas consistentes para avançarem na resolução desse problema. Mencionam que, infelizmente, nem todos os pais têm a mesma visão da escola a respeito de como ocorre o cuidar e o educar de forma articulada.

Percebe-se a necessidade de rediscutirem, também, a forma como abordam e percebem as famílias, seus problemas e limites, para que possam elaborar estratégias que possibilitem o diálogo e algumas pactuações para um trabalho mais integrado.

O deslocamento da prática voltada para a informação “para” os pais, mudando para a construção “com” os pais, requer novas capacidades dos profissionais e gestores das creches. Durante experiência de intercâmbio em creches na França e Itália, reconheceu-se que há necessidade de satisfazer diferentes necessidades das famílias, com culturas e visões diversas. Desde o acolhimento das crianças, tendo espaço físico convidativo para que os pais possam permanecer e conversar com a equipe da creche, até a sugestão de cantigas de diferentes países, tendo referência à diversidade da origem das crianças, considerando o grande fluxo de migrantes nesses países (Rayna, 2013).

Diante disso, a integração entre a escola e a família torna-se importante na medida em que, ao atuarem juntos, estão promovendo o desenvolvimento social da criança. Porém, há várias situações, condições de vida e perspectivas de educação de cada sujeito envolvido nesse processo que podem determinar e interferir nas decisões a serem tomadas. Esses determinantes podem auxiliar positivamente ou criar conflitos nas situações vividas.

Sinaliza-se a necessidade de trabalhar com a reconstrução do processo de trabalho dos profissionais e gestores que atuam em creches, promovendo novas capacidades para atuar junto às famílias, refletindo sobre suas concepções e valores sobre as famílias e seu papel social na educação infantil, considerando os contextos socioculturais diversos em que elas se constituem, relacionando com a educação das crianças nas creches. Ou seja, revisar e implementar uma política pública com mudanças de concepções assistencialista para a

constituição de sujeitos de direito, requer estratégias que promovam o reposicionamento dos profissionais, suas concepções e práticas profissionais, além do diálogo com os pais na reconstrução da sua relação com a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o estudo alcançou seu objetivo, ao qual foi possível analisar a relação entre cuidado em saúde da criança na educação infantil e a prática pedagógica dos profissionais de creche e gestores para, então, elaborar propostas para a atuação neste cenário.

Verificou-se que o cuidado e a educação são articulados, devendo ser um binômio indissociável. Nesse sentido, deve-se ter um olhar atento para os problemas de saúde e acidentes, mantendo condutas voltadas para as situações de doença das crianças envolvendo a presença ou autorização dos pais para que possam dar encaminhamentos e tomar decisões.

O trabalho pedagógico é desenvolvido por meio do brincar. Destacam que o educar é a aprendizagem e o princípio pedagógico. Faz-se necessário discernir situações, estimular o desenvolvimento intelectual da criança, propiciando o início de formação de um indivíduo crítico e de um cidadão consciente.

Identificou-se o trabalho pedagógico como um desafio constante, considerando a constituição da pessoa e a construção da autonomia como um processo, cujo, educandos e educadores são seres inacabados e com possibilidade de permanente aprendizado.

Ressalta-se a importância de os profissionais e gestores conhecerem bem as necessidades de seus alunos e poderem compartilhar com os pais para que ações possam ocorrer em conjunto. O trabalho articulado junto aos pais oportuniza conhecer visões diferentes sobre o cuidado e a educação das crianças, favorecendo um desenvolvimento integral. Entretanto, nas oficinas percebeu-se que há conflitos entre as concepções da família e da escola frente ao processo de educar e cuidar, não se conseguindo estabelecer uma proposta mais consistente para a constituição do diálogo entre os dois atores.

Em todo esse processo de educar e cuidar necessita-se do apoio da gestão institucional para que se possa avançar nas proposições, na construção de estratégias de intervenção mediadoras entre escola e famílias, visando à pactuação das estratégias de superação dos problemas que possam surgir, bem como avançar na formação dos profissionais e gestores locais para trabalharem os conflitos com as famílias, oportunizando assim, a formação integral das crianças.

Ademais, identifica-se a importância de elaboração de política pública com transformação de concepções, buscando a constituição de sujeitos de direito, possibilitando aos profissionais, mudanças em suas concepções e práticas profissionais, além de oportunizar o diálogo com os pais na reconstrução da sua relação com a escola.

Identificou-se a necessidade de incluir a visão dos pais e das crianças sobre a temática investigada, podendo isso ser objeto de pesquisas futuras, com ampliação a compreensão dos problemas e situações vividas.

REFERÊNCIAS

- Alves, R. C., & Veríssimo, M. D. L. Ó. (2007). Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. *Journal of Human Growth and Development*, 17(1), 13-25.
- Assis, M. M. A., do Nascimento, M. A. A., Pereira, M. J. B., & de Cerqueira, E. M. (2015). Cuidado integral em saúde: dilemas e desafios da Enfermagem. *Revista brasileira de enfermagem*, 68(2): 333-8.
- Birchal, P. S. (2011). *Exploração lúdica e afetividade em crianças de creche*. Doctoral Thesis, Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo.
- Brasil, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. (1998). *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica (2010). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC, SEB.
- Campos, R. (2013). As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação infantil: do direito à focalização. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 195-209.
- Campos, R. T. O., Miranda, L., da Gama, C. A. P., Ferrer, A. L., Diaz, A. R., Gonçalves, L., & Trapé, T. L. (2010). Oficinas de construção de indicadores e dispositivos de avaliação: uma nova técnica de consenso. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 10(1), 221-241.
- Castro e Souza, M., & Pérez, B. (2017). Políticas para Crianças de 0 a 3 Anos: Concepções e Disputas. *Revista Contemporânea de Educação*, 12(24), 285 - 302.
- Fonseca, P. F. (2018). O Laço Educador-Bebê se Tece no Enodamento entre Cuidar, Educar e Brincar. *Educação & Realidade*, 43(4), 1555-1568.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 61 ed., São Paulo: Paz e Terra.
- Gatti, B. A. (2014). A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, (100), 33-46.
- Hernandez, S. R, Fernandez, C. C, & Baptista, L.M.P. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre (RS): Penso.
- Lei Nº 12.796 de 2006. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. 04 de abril de 2013. (Brasil).
- Lei Orgânica do Município de Marília. 04 de abril de 1990. Prefeitura Municipal de Marília. (Atualizada até a Emenda nº 52, de 30 de agosto de 2016).
- Libâneo, J. C. (2015). Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. *Educação & Realidade*, 40(2), 629-650.
- Maranhão, D. G. (2000). O cuidado como elo entre saúde e educação. *Cadernos de Pesquisa*, 111, 115-133.
- Monção, M. A. G. (2017). Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação. *Educação e Pesquisa*, 43(1), 162-176.
- Parecer CNE/CP Nº 3/2006. Reexame do Parecer CNE/CP no 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. 21 de fevereiro de 2006. (Brasil, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação).
- Merisse, A. (1997). Origens das instituições de atenção à criança: o caso das creches. En A. Merisse, J.S. Justo, L.C. Rocha & M.S. Vasconcelos. *Lugares da infância: reflexões sobre a criança na fábrica, creche e orfanato* (pp. 25-51). São Paulo: Arte & Ciência.
- Minayo, M. C. de S. (2013). *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13ª ed. São Paulo: Hucitec Editora.
- Rayna, S. (2013). Participação e qualidade do cuidado e da educação na creche. *Pro-Posições*, 24(3), 65-80.
- Oliveira, Z. D. M. R. (2010). O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?. En Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, Belo Horizonte. (pp. 1-14). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file>. Acesso em: 23 nov. 2017
- Rodrigues, B. C., D'Artibale, E. F., Barbieri, M. C., Bercini, L. O. & Higarashi, I. H. (2014). Intersecções do cuidado à saúde nos centros de educação infantil: percepção das mães. *Revista Enfermagem, UERJ*, 22(1), 71-76.
- Santos, C. O., Santos, L., Costa, J., & Campos, C. (2015). A indissociabilidade de cuidar e educar na educação infantil: um olhar sobre a modalidade creche. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*, 3(1), 213-226.
- Silva, D. A. D. J., Souza, K. R. D., & Santos, G. B. D. (2019). Trabalho e saúde de professoras e monitoras de creche pública no município de Vitória da Conquista, BA, Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e180497.

- Spada, A.C.M. (2007). Propostas de cuidado educação no ambiente da creche – Aspectos Históricos e formação de professores. *Nuances: Estudos sobre Educação. Presidente Prudente*, 14 (15), 93-106.
- Valença, S. M. G., Chirelli, M. Q. & Tonhom, S. F. R. (2019). O cuidado na formação de crianças de zero a dois anos: análise temática na perspectiva dos profissionais. *Atas CIAIQ – Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa em Educación*, 1, 552-561.
- Veríssimo, M. D. L. O. R., & Fonseca, R. M. G. S. D. (2003). O cuidado da criança segundo trabalhadoras de creches. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(1), 28-35.